



DT nº 1 Versão 2
Abril/2016

Índices de apoio à decisão institucional no ICMBio

Documento Técnico preliminar elaborado pela Assessoria de Gabinete da Presidência do ICMBio

*Proposta para o aperfeiçoamento dos índices de apoio à decisão institucional denominados **planilha de indicadores de dificuldade/complexidade de gestão nas UCs federais e sinaleira para priorização de novas remoções.***

Esses instrumentos foram utilizados entre os meses de setembro/15 e fevereiro/16 como ferramentas de apoio à tomada de decisão presidencial no ICMBio.

Revisamos o conjunto de indicadores e a metodologia adotada na criação dos índices visando: (i) minimizar os efeitos da subjetividade na pontuação dos critérios; (ii) refinar os índices para atender com mais eficácia às expectativas decisórias; e (iii) aprimorar a metodologia de coleta e atualização das informações que integram esses índices.

Breve histórico sobre a formulação das planilhas de apoio à decisão institucional

Planilha de indicadores de dificuldade/complexidade de gestão nas UCs federais

No início da nova gestão presidencial do ICMBio, foi demandado à assessoria de Gabinete a identificação de um conjunto de indicadores sobre as unidades de conservação federais que pudesse subsidiar a decisão institucional, qualificando a existência de um maior ou menor grau de complexidade/dificuldade de gestão entre essas unidades.

Com apoio da Coordenação de Planejamento – COPLAN, foram identificados 16 componentes¹ que estariam associados à informação demandada. No âmbito desses componentes foram também relacionados 46 diferentes critérios e variáveis que poderiam ser utilizados nessa valoração².

No entanto, muitos dos critérios sugeridos para estruturar esse ranqueamento de complexidade/dificuldade gerencial entre UCs não possuíam uma base de dados objetiva e sistemática, de modo que, para se obter uma graduação relativa nas respostas a esses critérios, recorreu-se, em muitos dos casos, a proposição de três ou quatro classes de respostas fechadas, que foram submetidas à avaliação pelas Coordenações Regionais. Com base nas respostas obtidas, os componentes foram pontuados com notas variando de 1 a 4, as quais foram ponderadas segundo pesos atribuídos aos diferentes componentes³, cujo resultado final levou a classificação de cada unidade de conservação federal num ranking de complexidade/dificuldade de gestão formado por notas de 1 a 10.

Esse exercício gerou uma planilha de informações que serviu adequadamente como instrumento de apoio à decisão institucional nos meses iniciais da nova gestão presidencial. Mas atendida essa primeira necessidade de informação emergencial, tornou-se evidente que esse instrumento de apoio produzido naquele momento de transição precisaria passar por um processo de aperfeiçoamento, visando vencer algumas imprecisões que eram inerentes ao modo como se deu a sua formulação.

Sinaleira para a priorização de novas remoções

Também no mês de setembro de 2015, por solicitação da Presidência do Instituto à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP, foi elaborada uma planilha contendo informações sobre a composição das equipes gerenciais das unidades de conservação (servidores, requisitados, nomeados, estagiários, brigadistas e terceirizados), a qual foi submetida aos Coordenadores Regionais para que, à luz das informações apresentadas, indicassem as unidades com baixa, média e alta prioridade para a alocação de servidores. Com base nessa indicação, o atendimento aos pedidos de remoção passou a ser orientado por essa classificação de prioridades.

Objetivos e premissas orientadoras do aperfeiçoamento dos índices de apoio à decisão institucional

A proposta de aperfeiçoamento dos índices de apoio à decisão institucional está baseada no desafio de superar três problemáticas que são inerentes ao modo como se deu o processo de sua primeira formulação. São eles:

1. Reduzir as variações associadas à subjetividade do processo de pontuação dos componentes que integram os instrumentos **planilha de indicadores de complexidade/dificuldade de gestão e sinaleira de priorização de remoções**. Isto porque, ainda que no âmbito de uma mesma Coordenação Regional as pontuações atribuídas por sua equipe possam refletir razoavelmente as diferenças que ocorrem entre as unidades dessa regional, quando comparadas todas as UCs federais, percepções diferenciadas entre as equipes das CRs podem induzir a formação de uma variação subjetiva inadequada para uma análise comparativa nacional.
2. Separar melhor as expectativas associadas ao índice complexidade/dificuldade gerencial, pois esses dois recortes não são variações dependentes. De fato, é possível ocorrer uma situação de gestão complexa numa dada unidade de conservação sem que o seu processo gerencial seja necessariamente caracterizado por um viés de dificuldade; e vice-versa. Nesse contexto, é preciso elaborar índices de apoio à tomada de decisão que sejam mais focados nas ações que se espera desenvolver ou nas respostas que se quer obter. Assim, se for preciso identificar variações na complexidade gerencial entre UCs, o algoritmo de variáveis e pesos que definem esse índice provavelmente será diferente de outros algoritmos destinados a compor índices que reconheçam a dificuldade de operar o processo gerencial, a priorização para a alocação de funcionários terceirizados, a relevância ecológica e ambiental, a emergencialidade de certas intervenções institucionais etc.
3. É preciso que os indicadores e variáveis utilizadas na composição dos índices de apoio à decisão institucional apresentem uma elaboração simplificada, com informações objetivas e que possam ser facilmente atualizados à medida que ocorram alterações nas variáveis que compõem esses índices. Ainda que exista muitas variáveis que possam ser associadas aos índices que se deseja desenvolver, a identificação e a utilização de *proxies*⁴ mais consolidados, robustos, produzidos e alimentados sistematicamente pode permitir que a atualização dos índices ocorra de forma mais dinâmica, transparente e com menor esforço.

Nesse exercício de revisão dos índices e apoio a decisão institucional adotamos também as seguintes premissas:

- I. Envolver as Coordenações Gerais e Específicas na elaboração direta dos indicadores utilizados na composição dos índices de apoio à decisão. Buscamos com isso destacar e qualificar as informações que são produzidas e acompanhadas pelos processos e macroprocessos institucionais, minimizando também as variações subjetivas advindas da análise e classificação das UCs por sujeitos ou equipes específicas.
- II. Reconhecendo que a informação secundária nem sempre é capaz de refletir de modo fino e fiel a realidade existente em campo, é importante posicionar o papel das Coordenações Regionais não apenas como colaboradores informacionais, mas, principalmente, como ratificadores e corretores da informação apontada nos índices. Desse modo, a informação técnica, gerada e sistematizada nas coordenações temáticas, articula-se

com a informação gerencial e política dos coordenadores regionais num processo colaborativo capaz de subsidiar com qualidade e segurança às ações desenvolvidas pela instituição.

Aperfeiçoando os índices de apoio a decisão institucional

Uma estratégia adotada para aperfeiçoar os índices de apoio à decisão elaborados em setembro de 2015 foi a de buscar uma maior especificidade em suas expectativas de atendimento. Assim, a intenção original de identificar as UCs federais que exigiam uma maior “complexidade” na sua resposta gerencial – e que poderiam, por isso, ser entendidas como também tendo uma gestão mais “difícil” – foi subdividida em duas expectativas distintas:

- A. **DIFICULDADE DE GESTÃO:** identificar unidades de conservação cujo implementação de um processo padrão de gestão encontra fortes obstáculos – geográficos, logísticos, locais etc. – para a sua consecução. São exemplos desses obstáculos: (i) o grande tamanho territorial dessas áreas; (ii) a sua localização em lugares remotos de difícil acesso; (iii) a ocorrência de uma forte pressão antrópica degradadora do ambiente protegido; e (iv) a baixa qualidade de vida nas sedes administrativas das unidades. Sob essa perspectiva, caracterizamos a gestão nas UCs como um processo desafiador, por apresentar uma elevada **dificuldade de operacionalização**.
- B. **COMPLEXIDADE DE GESTÃO:** identificar unidades de conservação cuja consolidação da sua gestão exige a adoção de procedimentos técnicos, gerenciais, financeiros, sociopolíticos ou negociais especializados, que demandam conhecimento ou experiência específica na sua condução. São exemplos dessas especialidades: (i) o atendimento a grandes contingentes de visitantes; (ii) a existência de muitas famílias beneficiárias em UCs de uso sustentável; (iii) a participação da unidade em projetos especiais; (iv) o gerenciamento de recursos e demandas de compensação ambiental; (v) o desenvolvimento de projetos e programas de desenvolvimento econômico na UC e em seu entorno; (vi) o acompanhamento de concessões e outros negócios; (vii) a autorização e suporte à pesquisa científica; (viii) o monitoramento da biodiversidade *in situ*; (ix) a gestão de um diversificado conjunto de recursos humanos, como trabalhadores terceirizados, brigadistas e colaboradores; (x) a negociação de conflitos sociopolíticos derivados da sobreposição de interesses territoriais. Sob essa perspectiva, caracterizamos a consolidação da gestão nas UCs como um processo desafiador por apresentar um elevado grau de **complexidade gerencial**.

Vistas como desafios diferentes, essas duas perspectivas de se observar a gestão nas UCs – dificuldade operacional e complexidade gerencial – implicam também na elaboração de estratégias diferenciadas quanto à priorização dos meios e dos recursos pela instituição, ou quanto à emergencialidade desses atendimentos.

Indicadores sugeridos para integrar os índices de apoio à decisão institucional

Detalhamos a seguir o conjunto de indicadores informacionais sugeridos para integrar os novos índices de apoio à tomada de decisão. Nessa indicação foram destacadas especialmente aquelas informações que são sistematicamente acompanhadas nas Coordenações Gerais e Específicas do ICMBio, buscando aproveitar e fortalecer os instrumentos de gerenciamento informacional dessas instâncias técnicas. Nas situações em que não foram encontrados indicadores institucionais adequados, foram também utilizados índices provenientes de outras instituições e informações de campo, levantadas com apoio das equipes das Coordenações Regionais. Por fim, a definição da melhor ponderação de pesos entre os indicadores levantados será estabelecida pelo Comitê Gestor do ICMBio.

É importante salientar que, o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de apoio citados não se esgota na aplicação dessa primeira revisão. Pretendemos que esse processo se repita periodicamente, incorporando novas perspectivas analíticas, refinando e incorporando novos índices, num processo gradual de fortalecimento da tomada de decisão fundamentada no uso de indicadores e bases informacionais consolidadas.

Planilha de indicadores e índices de apoio à tomada decisão

Os dados que foram levantadas junto às Coordenações Gerais e Específicas para compor os novos índices de apoio à decisão estão estruturadas em uma planilha Excel que acompanha este Documento Técnico (GABIN_planilhas_201604), composta por quatro abas distintas. Na primeira estão descritas informações básicas sobre os dados apresentados. A segunda aba apresenta a formulação do **Índice de Dificuldade de Gestão – IDG**, onde informações que refletem dificuldades associadas ao desafio de implantar o processo gerencial nas UCs estão agrupadas em colunas, com respectivos **indicadores⁵** e **índices⁶** e **pesos⁷** relativos a cada um dos critérios componentes. A terceira aba apresenta a formulação do **Índice de Complexidade de Gestão – ICG**, composto por indicadores que refletem a necessidade das equipes gestoras operarem procedimentos técnicos, gerenciais, financeiros, sociopolíticos ou negociais especializados, que tornam mais complexo o processo gerencial dessas unidades. Por fim, a quarta aba apresenta uma síntese do resultado dos dois índices agregados, acompanhados das prioridades de lotação funcional (**Sinaleira⁸**) relativas a cada um desses índices. Todas as informações apresentadas nas planilhas estão vinculadas a filtros que podem ser utilizados para ordenar e selecionar informações desejadas.

Índice de Dificuldade Gerencial – IDG

Para discriminar variações existentes entre as UCs que estão associadas à dificuldade de operacionalizar o seu processo gerencial, propomos a adoção de um índice agregado formado pelos seguintes indicadores:

Grande tamanho da UC

Indicador diretamente baseado na extensão territorial das UCs federais tomando por base as medidas de área produzidas pela Divisão de Consolidação de Limites – DCOL/CGTER.

Dificuldade de acesso à UC

O indicador busca mensurar o esforço de deslocamento dos servidores entre a sede administrativa e o território da UC. É uma medida importante para averiguar situações em que a área protegida encontra-se afastada da sede administrativa, condição mais comum nas UCs amazônicas. A medida foi estimada com a colaboração das Coordenações Regionais, a partir da pergunta sobre qual o tempo (horas de deslocamento) mínimo necessário para se ir da cidade sede onde residem os servidores até a área mais acessível da unidade de conservação.

Forte pressão e degradação ambiental

Esse indicador busca distinguir as UCs com maiores níveis de pressão e degradação ambiental, considerando as peculiaridades e formas de pressão típicas que atuam sobre os ambientes naturais. Na ausência de um indicador comum capaz de comparar a pressão humana sobre as unidades federais nos diferentes biomas e regiões, foi adotado como *proxy* dessa medida a “criticidade das pressões antrópicas” observada no último levantamento RAPPAM (*Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management*), realizado em 2010. Essa medida considera a ocorrência de 16 diferentes fontes de pressão e degradação ambiental, que foram avaliadas pelos respondentes (gestores das UCs) quanto à sua abrangência, impacto e permanência de seus efeitos adversos. Contudo, esse levantamento não abrangeu a totalidade das UCs federais. Visando contornar esse problema, para as 28 unidades que não possuem essa informação, esse indicador não foi contabilizado no cálculo do Índice de Dificuldade de Gestão.

Baixa qualidade de vida na cidade sede da UC

A qualidade de vida nas cidades em que se localizam as sedes administrativas das UCs é um atributo importante para a definição da política de lotação e remoção dos servidores do Instituto. Como muitas das unidades se encontram em áreas geograficamente remotas, a fragilidade na provisão de suportes sociais e econômicos minimamente satisfatórios constitui um fator de forte desestímulo à ocupação, permanência e satisfação dos

servidores em relação ao seu posto de trabalho. Como não dispomos de um indicador institucional capaz de acompanhar essa medida, utilizamos *proxy* da qualidade de vida dos locais em estão lotados os servidores um índice agregado das condições socioeconômicas municipais. Dos índices disponíveis, adotamos o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM⁹, elaborado anualmente pela Federação de Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN (<http://www.firjan.com.br/ifdm>). A sua atualização é realizada anualmente por esta instituição.

Os índices relativos aos quatro indicadores citados foram ponderados por pesos definidos pelo Comitê Gestor do ICMBio e agregados na forma do **Índice de Dificuldade de Gestão – IDG**, com valores variando de 0,0 a 10,0.

Índice de Complexidade Gerencial – ICG

Para discriminar variações existentes entre as UCs que estão associadas à complexidade de seu processo gerencial, propomos a adoção de um índice agregado formado pelos seguintes indicadores:

Visitantes contabilizados ao longo do último ano

Esse indicador é baseado no total anual de visitantes pagantes e não pagantes contabilizados pela UC e enviados em relatório para a Coordenação de Diagnóstico e Ordenamento da Visitação – CODIV/CGEUP. Sua atualização é realizada mensalmente e seu resultado é obtido pela soma algébrica do número de visitantes pagantes e não-pagantes contabilizados nos últimos 12 meses, com base nas declarações enviadas mensalmente pelas unidades para essa Coordenação. Visando um melhor refinamento dessa informação, esse indicador foi desdobrado em três subcomponente: (a) índice visitação recreativa em parques nacionais; (b) índice visitação recreativa em outras categorias; e (c) índice visitação educativa em estações ecológicas e reservas biológicas.

Famílias residentes em RESEX, FLONA e RDS

O indicador elaborado pela Coordenação de Políticas e Comunidades Tradicionais COPCT/CGPT busca ranquear as Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais considerando o número e a situação de suas famílias beneficiárias como um determinante da complexidade das ações gerenciais desenvolvidas pelas equipes dessas unidades. A atualização dessas informações acompanhará o Cadastro de Famílias Beneficiárias – SISFAMÍLIA, gerenciado por essa Coordenação.

Participação da UC em Projetos Especiais

Nesse indicador são contabilizadas as unidades que participam de Projetos Especiais com aplicação de recursos extra orçamentários. A atualização desse indicador estará à cargo da Assessoria de Gabinete da Presidência.

Gestão de recursos de Compensação Ambiental

Nesse indicador são contabilizados o saldo de recursos de Compensação Ambiental nas rubricas de Implementação, Pesquisa, Plano de Manejo e Regularização Fundiária destinados às UCs federais. A atualização desse indicador estará à cargo da Coordenação de Compensação Ambiental – COCAM/CGFIN.

Projetos e programas de uso sustentável em RESEX, FLONA e RDS

O indicador elaborado pela Coordenação de Produção e Uso Sustentável COPROD/CGPT busca ranquear as UCs federais de uso sustentável considerando o seu envolvimento em projetos e programas de apoio ao uso sustentável dos recursos naturais como um determinante da complexidade das ações gerenciais desenvolvidas pelas equipes das unidades. A atualização das informações acompanhará a planilha de informações gerenciais dessa Coordenação.

Concessões, negócios e parcerias na UC

A elaboração desse indicador será coordenada pela Assessoria do Gabinete da Presidência e visa identificar situações onde o acompanhamento de concessões e outros negócios nas UCs configuram situações que demandam maior complexidade gerencial por parte das equipes dessas unidades.

Autorização para pesquisas científicas

A elaboração desse indicador será coordenada pela Coordenação de Autorização e Informação Científica – COINF/CGPEQ e visa identificar situações onde o atendimento às solicitações de pesquisas na UC configuram situações que demandam maior complexidade gerencial por parte das equipes das unidades. A atualização dessas informações acompanhará o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, gerenciado por essa Coordenação.

Monitoramento da biodiversidade *in situ*

A elaboração desse indicador será coordenada pela Coordenação de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade – COMOB/CGPEQ e visa identificar as situações onde a realização do monitoramento da biodiversidade *in situ* configura situações que demandam maior complexidade gerencial por parte das equipes dessas unidades. A atualização dessas informações acompanhará a planilha de informações gerenciais dessa Coordenação.

Gerenciamento de grande contingente de recursos humanos

A elaboração desse indicador será coordenada pela Assessoria de Gabinete da Presidência e visa identificar situações onde a necessidade de gerir um grande contingente de recursos humanos (servidores, funcionários terceirizados, brigadistas, estagiários, voluntários etc.) nas UCs federais configura situações que demandam uma maior complexidade gerencial por parte das equipes dessas unidades.

Ocorrência e nível dos conflitos por interfaces territoriais

O indicador elaborado pela Coordenação de Gestão de Conflitos – COGCOT/CGSAM busca identificar e ranquear as situações em que a ocorrência de conflitos por sobreposição com populações tradicionais, territórios indígenas e quilombolas, assentamentos rurais etc. imprimem e demandam uma maior complexidade das ações gerenciais desenvolvidas pelas equipes dessas unidades. A atualização dessas informações acompanhará o Sistema de Interfaces Territoriais – SIT, gerenciado por essa Coordenação.

Os índices relativos aos dez indicadores citados foram ponderados por pesos definidos pelo Comitê Gestor do ICMBio e agregados na forma do **Índice de Complexidade de Gestão – ICG**, com valores variando de 0,0 a 10,0.

Sinaleira de prioridades para novas remoções

Para discriminar as necessidades emergenciais de remoção e lotação nas UCs federais, propomos adotar algoritmos que combinem os Índices de Dificuldade Gerencial – IDG e de Complexidade Gerencial – ICG com os tamanhos das equipes técnicas locais, identificando situações onde ocorram as maiores discrepâncias. Assim, a antiga “sinaleira de prioridades para novas remoções” passa a operar como uma análise derivada e integrada a esses dois índices agregados.

Assim, foi definido um índice denominado **Equipe gestora em exercício na UC**, baseado na contagem do número de Analistas Ambientais, Analistas Administrativos, Técnicos Ambientais, Técnicos Administrativos e gestores comissionados em efetivo exercício nas unidades de conservação. Sua atualização é realizada mensalmente pelo Serviço de Administração de Pessoal – SEAPE/CGGP, e seu resultado é obtido pela soma algébrica do número de servidores que se enquadram nessas condições, informação obtida em extratos mensais do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Esse índice da equipe gestora em exercício é utilizado como um ponderador dos índices agregados **IDG** e **ICD** para a identificação das unidades que, tendo elevados índices de dificuldade e/ou complexidade gerencial, são reconhecidas também como prioritárias para a lotação funcional, devido a insuficiência da sua equipe técnica para o atendimento das demandas gerenciais.

Contudo, como ressaltado anteriormente, as priorizações de remoção sinalizadas constituem apenas informações de suporte à decisão, pois suas limitações técnicas podem não ser suficientemente refinadas para perceber plenamente a realidade, cabendo efetivamente aos tomadores de decisão – Coordenadores Regionais, Diretores e Presidência – a função de sua interpretação e correção, quando assim for necessário.

Considerações finais

Esta é uma primeira proposta de revisão de duas ferramentas de apoio à decisão em uso pela Presidência do ICMBio: as **planilhas de indicadores de complexidade/dificuldade gerencial nas UCs federais** e a **sinaleira para priorização de remoções**. Nesse exercício de aprimoramento, propomos que o aperfeiçoamento dessas ferramentas ocorra de forma continuada e sistemática, incorporando tanto a melhoria e a inclusão de novos indicadores, como também, a abertura de outras importantes perspectivas de análise, como, a relevância ecológica das unidades, a condição estrutural e instrumental disponível para gestão, a emergencialidade do atendimento institucional e outras a serem desenvolvidas.

O aprimoramento das planilhas citadas não são uma iniciativa isolada, mas integra a diretriz governamental de fortalecer e orientar a ação institucional a partir de sistemas, ferramentas e decisões baseados em indicadores. Sob essa diretriz estratégica, outras ações estão sendo desenvolvidas e integradas, como, a consolidação do primeiro ciclo do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGe (DMAG/DIMAN), a aplicação do terceiro ciclo do levantamento *Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management* – RAPPAM (parceria em desenvolvimento com o WWF); a revisão do Planejamento Estratégico do ICMBio e do Sistema de Gestão Estratégica – SIGE (COPLAN/DIPLAN); a integração das planilhas e sistemas informacionais dos processos e macroprocessos institucionais com a ferramenta QlikView (parceria em desenvolvimento com o Instituto IPÊ).

Notas ao texto

¹ Na primeira versão da planilha de indicadores, a complexidade/dificuldade de gestão nas UCs foi estimada a partir da pontuação dos seguintes componentes: (A) pressão antrópica; (B) localização em áreas estratégicas; (C) potenciais da UC; (D) proteção; (E) pesquisa; (F) plano de manejo; (G) integração com o entorno; (H) visitação e uso público; (I) infraestrutura; (J) gestão de pessoal; (K) orçamento; (L) equipe mínima; (M) estrutura de apoio; (N) localização remota; (O) tamanho da UC; e (P) condições de vida.

² Critérios indicados para a valoração dos componentes: (A1) intensidade da extração ilegal de recursos naturais (pesca predatória, desmatamento, caça ilegal, extração de corais, algas, madeira, plantas, sementes, captação de água, etc.); (A2) ocorrência de intensa exploração predatória dos recursos naturais e/ou uso do solo inadequado; (A3) ocorrência de incêndios (últimos 5 anos); (A4) ocorrência de garimpo e/ou mineração; (A5) adensamento populacional desordenado ou ocupação irregular; (A6) vulnerabilidade e facilidade de acesso no contexto regional; (B1) áreas de fronteiras; (B2) localização na Amazônia; (B3) áreas costeiras e marinhas; (B4) sobreposição com Territórios Indígenas, Quilombolas e Assentamentos; (B5) reconhecimento como Sítio do Patrimônio Natural; (B6) reconhecimento como Sítio Ramsar; (B7) outros reconhecimentos internacionais; (B8) localização estratégica no contexto regional; (C1) acessibilidade terrestre, fluvial e/ou marítima; (C2) potencial para a visitação e uso público; (C3) potencial para a organização, participação social e realização de práticas de uso sustentável; (C4) potencial para a conservação da biodiversidade; (C5) potencial para a realização de pesquisas científicas; (D1) Plano de Proteção; (D2) equipe de fiscalização; (D3) frequência das operações de fiscalização; (D4) complexidade da fiscalização terrestre (veículos); (D5) complexidade da fiscalização fluvial e/ou costeira (embarcada); (D6) complexidade da prevenção e combate a incêndios; (E1) número de pesquisas vigentes; (E2) número de pesquisadores atuando na UC; (F1) situação do Plano de Manejo; (G1) situação do Conselho da UC; (G2) frequência de atividades de educação ambiental; (G3) grau de participação social; (H1) número de visitantes/ano; (H2) estágio de implantação do uso público; (I1) estágio de implantação de infraestrutura; (J1) número de servidores lotados na UC; (I2) número de funcionários terceirizados; (I3) brigada de incêndios; (I4) existência de plano de ação local; (K1) orçamento anual; (K2) aporte de recursos externos (ARPA, compensação etc.); (K3) UC possui UGE própria; (L1) número de servidores; (M1) infraestrutura de apoio ao servidor; (N1) distância da UC para os centros urbanos mais próximos; (O1) área total da UC; (P1) Índice de Desenvolvimento Humano.

³ Pesos atribuídos a cada componente no cálculo da nota final de complexidade/dificuldade de gestão de cada UC: (A) pressão antrópica, peso 4; (B) localização em áreas estratégicas, peso 1; (C) potenciais da UC, peso 1; (D) proteção, peso 3; (E) pesquisa, peso 1; (F) plano de manejo, peso 1; (G) integração com o entorno, peso 3; (H) visitação e uso público, peso 2; (I) infraestrutura, peso 2; (J) gestão de pessoal, peso 1; (K) orçamento, peso 1; (L) equipe mínima, peso 3; (M) estrutura de apoio, peso 1; (N) localização remota, peso 2; (O) tamanho da UC, peso 3; e (P) condições de vida, peso 1.

⁴ Grosso modo, um proxy é uma variável capaz de refletir adequadamente uma outra informação que estamos procurando, cuja elaboração é demasiadamente complexa ou cujos dados não estão acessíveis.

⁵ Os indicadores representam uma medida formulada para cada um dos critérios que compõem o ICG e são formados por variáveis e pesos atribuídos pelas áreas técnicas que gerenciam essas informações. Nas planilhas, os indicadores estão destacados em colunas com células de cor cinza.

⁶ Os índices constituem uma expressão dos resultados dos indicadores sob a forma de notas variando de 0,0 a 10,0. Para essa transformação foi utilizada a função “ORDEM.PERCENTUAL(matriz;x;significância)” X 10. Essa fórmula posiciona o valor indicado para uma UC dentro do conjunto de todos os valores do respectivo índice. Desse modo, equiparamos comparativamente os diferentes critérios independentemente dos valores absolutos expresso em seus indicadores. Na planilha, os índices estão destacados em colunas com células de cor amarela.

⁷ Os pesos de cada componente dos índices IDG e ICG estão destacados nas planilhas em células de cor vermelha e são definidos pelo Comitê Gestor do ICMBio.

⁸ A priorização de lotação funcional (Sinaleira) foi baseada nos valores observados em cada índice agregado (IDG e ICG), ponderados por um índice específico relacionado à composição atual das equipes técnicas.

⁹ O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) monitora três áreas – Emprego & Renda, Educação e Saúde, utilizando exclusivamente estatísticas públicas oficiais. Especificamente, são acompanhadas as conquistas e os desafios socioeconômicos brasileiros pelo prisma da competência municipal: atenção básica em saúde, educação Infantil e fundamental e a manutenção de um ambiente de negócios propício à geração local de emprego e renda. A leitura dos resultados é simples: o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.